afastamento legal e o suplente não teve tempo hábil para análise dele, tendo tido acesso ao mesmo somente no dia 04/04/2022. Em seguida, foi dada a palavra ao advogado da beneficiária, Dr. Daniel de Albuquerque Violato - OAB/DF 33.504 que solicitou o deferimento da Migração, alegando que a empresa encontra-se sufocada, rogando sensibilidade ao Relator quando da análise do processo para emissão do voto. Após, foi deferida a retirada de pauta pelo Presidente, devendo o mesmo retornar na próxima reunião. Assuntos Gerais: Ao final, comunicou-se aos Conselheiros e Conselheiras que após a leitura e aprovação da Ata, providenciem de imediato a assinatura, para que a assessoria (AOC) possa dar continuidade aos trabalhos.

Encerramento: Nada mais a deliberar, após a leitura e aprovação da presente Ata, o Presidente promoveu o encerramento da 15ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Serviços, Turismo, Hospitalidade, Tecnologia e Logística – COPEP/DF, às quinze horas e quarenta e cinco minutos. JESUÍNO DE JESUS PEREIRA LEMES. Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico. Presidente do COPEP/DF.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

UNIDADE DE CORREIÇÃO E TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 12, DE 25 DE ABRIL DE 2022

A CHEFE DA UNIDADE DE CORREIÇÃO E TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento na competência delegada por meio do art. 5º da Portaria nº 25, de 28 de março de 2022, no exercício da competência inscrita no art. 211, § 1º c/c art. 255, II, "b", da Lei Complementar nº 840/2011, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a contar do dia subsequente ao vencimento do período vigente, os processos sindicantes nº:

- I - 00020-00015076/2017-11;
- II - 00431-00004239/2019-51;
- III - 00431-00009750/2019-40;
- IV - 0431-001332/2016.

Art. 2º Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, a contar do dia subsequente ao vencimento do período vigente, os processos administrativos disciplinares nº:

- I - 00431-00003496/2022-71;
- II - 00431-00015213/2021-53;
- III - 00431-00015219/2021-21;
- IV - 00431-00015238/2021-57;
- V - 00431-00015246/2021-01;
- VI - 00431-00015253/2021-03;
- VII - 0380-002345/2013;
- VIII - 00431-00005881/2022-53.

Art. 3º Reinstaurar, por 30 (trinta) dias, tendo em vista o decurso de prazo, com amparo na Súmula 592 do Superior Tribunal de Justiça, a contar do dia subsequente ao vencimento do período vigente, os processos sindicantes nº:

- I - 00431-00001674/2018-43;
- II - 00431-00001677/2018-87;
- III - 00431-00006737/2018-58;
- IV - 00431-00010503/2019-96;
- V - 00431-00011999/2017-53;
- VI - 00431-00017935/2018-47;
- VII - 0240-000680/2006;
- VIII - 0380-000473/2015;
- IX - 0380-002050/2009;
- X - 0431-000886/2017.

Art. 4º Reinstaurar, por 60 (sessenta) dias, tendo em vista o decurso de prazo, com amparo na Súmula 592 do Superior Tribunal de Justiça, a contar do dia subsequente ao vencimento do período vigente, os processos administrativos disciplinares nº:

- I - 00431-00007450/2019-26;
- II - 00431-00013808/2019-50;
- III - 0380-002689/2013;
- IV - 0431-000279/2016.

Art. 5º Na data da reinstauração, prevista nos arts. 3º e 4º, ficam reconduzidos às comissões de que tratam os processos relacionados em seus incisos, mantidas as funções, os servidores que as integram atualmente, com a incumbência de prosseguir com a apuração dos fatos respectivos.

Art. 6º Ficam convalidados os atos que porventura venham a ser praticados pela Comissão no período compreendido entre o vencimento do prazo vigente e a publicação deste ato.

Art. 7º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIA LETICIA DE SOUZA CAMPOS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

EXTRATO DA DECISÃO Nº 26/2022

Processo: 00391-00003456/2021-71. Autuado (a): Associação de Moradores do Condomínio Vivendas Lago Azul Objeto: Auto de Infração nº 09477/2021. Decisão: conhecer e negar provimento ao recurso interposto, confirmando a Decisão SEI-GDF nº 373/2021 - IBRAM/PRESI/CIJU/CTIA, proferida em 1ª instância, para manter a penalidade de

advertência, ficando a constatação do cumprimento da obrigação dela decorrente a cargo do IBRAM. A penalidade aplicada encontra-se prevista no inciso I do artigo 45, da Lei distrital nº 41/89. Notificar o (a) a recorrente do julgamento e de sua fundamentação, bem como do prazo de 05 (dias), a contar da data da ciência do presente ato decisório, para a interposição de recurso ao Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF, com fulcro no parágrafo único do art. 60 da Lei distrital nº 41/1989.

JOSÉ SARNEY FILHO
Secretário de Estado

EXTRATO DA DECISÃO Nº 27/2022

Processo: 00391-00003187/2021-43. Autuado (a): José Claudino Tarragô Giordano. Objeto: Auto de Infração nº 04387/2021. Decisão: conhecer e negar provimento ao recurso interposto, confirmando a Decisão nº 345/2021 - IBRAM/PRESI/CIJU/CTIA, proferida em 1ª instância, para manter a penalidade de multa no valor R\$ 202.400,00 (duzentos e dois mil e quatrocentos reais) e de apreensão das aves galináceas e de apetrechos relacionados, pela prática das infrações previstas nos incisos I, II, IV e XXIII, art. 3º, da Lei Distrital nº 4.060/2007. Notificar o (a) a recorrente do julgamento e de sua fundamentação, bem como do prazo de 05 (dias), a contar da data da ciência do presente ato decisório, para a interposição de recurso ao Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF, com fulcro no parágrafo único do art. 60 da Lei distrital nº 41/1989. Informar que a Lei Complementar Distrital nº 833/11 prevê o parcelamento de débitos perante o Distrito Federal em até 60 (sessenta) meses, desde que atendidos os requisitos legais para a sua concessão.

JOSÉ SARNEY FILHO
Secretário de Estado

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 20 DE ABRIL DE 2022

Atualiza a Base Hidrográfica Oficial do Distrito Federal, aprovada na Resolução nº 02, de 23 de setembro de 2015, e sua respectiva documentação técnica, a ser utilizada por todos os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e dá encaminhamentos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, na Lei Distrital nº 2.725, de 13 de junho de 2001 e no Decreto nº 30.183, de 23 de março de 2009, e:

Considerando a Resolução nº 02, de 17 de dezembro de 2014, do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, que estabelece a adoção de base hidrográfica comum, e na sua atualização, através da Resolução nº 02, de 14 de abril de 2021;

Considerando a Resolução nº 02, de 23 de setembro de 2015, do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal que aprova adoção de base hidrográfica oficial a ser utilizada por todos os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e estabelece que o CRH/DF deverá, anualmente, aprovar a revisão e atualização da base hidrográfica oficial;

Considerando a Resolução nº 02, de 14 de abril de 2021, Art. 1º inciso I, do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, que estabelece as ações e prazos para atualização da base hidrográfica comum;

Considerando a proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho de Atualização da Base Hidrográfica da CTPA, conforme processo 00393-00000687/2021-77, e suporte técnico da TERRACAP e CODEPLAN, aprovada pela Câmara Técnica Permanente de Assessoramento do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal - CTPA/CRH/DF, em reunião realizada em 23 de março de 2022;

Considerando a aprovação da Atualização da Base Hidrográfica do Distrito Federal no CRH/DF, realizada pela sua Plenária na 46ª Reunião Extraordinária, realizada em 20 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º Atualizar a base hidrográfica oficial do Distrito Federal representada pelos arquivos digitais vetoriais relativos aos trechos de drenagem e massas d'água oriundos do diretório de base de dados temáticos de Hidrografia do Sistema Distrital de Informações Ambientais – SISDIA e Geoport (IDE/DF);

§ 1º A base hidrográfica oficial deverá ser utilizada por todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal;

§ 2º Os arquivos vetoriais que compõem a base hidrográfica oficial do Distrito Federal estão publicados e com acesso público e gratuito no Portal do Sistema Distrital de Informações Ambientais – SISDIA (www.sisdia.df.gov.br);

§ 3º O CRH/DF deverá, no máximo a cada dois anos, aprovar a revisão e atualização da base hidrográfica oficial, resguardada a correção de inconsistências pontuais verificadas, de forma a oferecer uma informação de qualidade para subsidiar a gestão territorial e de recursos hídricos no âmbito do Distrito Federal, com maior segurança técnica e jurídica;

§ 4º O CRH/DF deverá se certificar que os dados foram produzidos dentro das melhores práticas associadas a produção de dados geoespaciais e receber o relatório técnico de detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados na atualização, bem como da documentação dos metadados.

Art. 2º A Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA/DF deverá coordenar o processo permanente de atualização e adequação da base hidrográfica, através de um Grupo de Trabalho, em colaboração com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH/DF, a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA/DF, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB/DF e o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

§ 1º Em até 30 dias da publicação dessa Resolução, a SEMA/DF publicará no SISDIA a base hidrográfica e sua respectiva documentação técnica;

§ 2º A SEMA/DF dará ampla publicidade desta resolução e da base hidrográfica correspondente pelos mecanismos formais disponíveis no âmbito do Governo do Distrito Federal;

§ 3º O Grupo de Trabalho permanente deverá elaborar e apresentar plano de trabalho à CTPA/DF e ao CRH/DF, anualmente, para a melhoria da base hidrográfica distrital, mediante sistemática atualização das informações, dados estratégicos e o estado da arte metodológico, de forma a elevar a segurança técnica e jurídica de sua utilização no subsídio às ações de planejamento territorial e de recursos hídricos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ SARNEY FILHO

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 20 DE ABRIL DE 2022

Aprova os Relatórios de Autoavaliação e de Autodeclaração do Segundo Ciclo do Programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas – Progestão II, no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Distrital nº 2.725, de 13 de junho de 2001, pelo disposto no Decreto nº 30.183, de 25 de março de 2009, e Considerando que, conforme estabelece o artigo 7º, § 2º e artigo 9º da Resolução ANA nº 379, de 21 de março de 2013, compete ao Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal a aprovação dos Relatórios de Autoavaliação e de Autodeclaração do Segundo Ciclo do Programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas Progestão II, no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal e o acompanhamento do seu cumprimento, conforme artigo 3º da Resolução CRH/DF nº 08, de 16 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Aprovar os Relatórios de Autoavaliação e de Autodeclaração do Segundo Ciclo do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO II, no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal, apresentado pela Câmara Técnica Permanente de Assessoramento deste Conselho, nos termos dos Arts. 2º e 3º da Resolução CRH/DF nº 08/2020 e Resolução ANA nº 379, de 21 de março de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ SARNEY FILHO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO

PORTARIA CONJUNTA Nº 02, DE 19 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre a instituição de ação unificada de atendimento aos trabalhadores em situação de desemprego, em consequente situação de vulnerabilidade ou exclusão social.

A SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL e a SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e III do parágrafo único, do artigo 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal, com suporte no Parecer nº 084/2013-PROCAD/PGDF, e, ainda, considerando o que consta do processo 04012-00004798/2021-96, resolvem:

Art. 1º O presente instrumento tem por objeto a cooperação técnica, a mútua assistência e o estabelecimento de um canal permanente de comunicação entre a Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal - SETRAB e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES, com a finalidade de possibilitar o acesso aos dados cadastrais de trabalhadores em situação de desemprego, em consequente situação de vulnerabilidade ou exclusão social, que estejam incluídos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e relações de beneficiários de programas de transferência de renda e segurança alimentar e nutricional, objetivando a oferta de cursos de qualificação profissional e acesso ao programa "Cesta do Trabalhador", nos termos da Lei nº 7.011, de 20 de dezembro de 2021 e do Decreto nº 42.838, de 20 de dezembro de 2021.

Art. 2º São obrigações comuns aos partícipes:

I. indicar gestores responsáveis pela interlocução das ações relativas aos atendimentos;

II. comunicar ao outro partícipe qualquer alteração legal, que tenha repercussão em qualquer aspecto da presente Portaria Conjunta; e

III. identificar e responsabilizar os servidores em caso de uso indevido do acesso à base de dados, bem como por eventual divulgação inadequada de informações.

Art. 3º Compete à Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal - SETRAB, além de outras atribuições que lhe são conferidas, a coordenação, a gestão e a operacionalização do Programa "Cesta do Trabalhador", cabendo a ela:

I. gerir o cadastro de beneficiados, compreendendo a organização e a manutenção, em seu banco de dados, dos indivíduos beneficiários;

II. efetuar o tratamento entre os registros constantes da base de dados da Identificação Civil Nacional e os registros constantes da base de dados da SEDES, a fim de detectar a duplicidade ou pluralidade de inscrições;

III. atuar em parceria no planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento e resultado do objeto da presente Portaria Conjunta;

IV. a elaboração de relatórios mensais de execução física e financeira das ações, bem como a manutenção de bases de dados necessárias ao acompanhamento, ao controle, à avaliação e à fiscalização da execução do programa;

V. proceder ao aprimoramento e/ou adequação de sistemas que possibilitem o fornecimento de informações;

VI. utilizar os dados que lhe forem fornecidos por meio da presente Portaria Conjunta exclusivamente para as atividades que, em virtude de lei, sejam de sua atribuição;

VII. identificar e responsabilizar os servidores responsáveis pelo uso indevido do acesso aos dados de usuários mantido pela SEDES, bem como por eventual divulgação inadequada de informações;

VIII. efetuar o tratamento entre os registros constantes da base de dados encaminhada pela SEDES, a fim de identificar os usuários que participaram cursos de qualificação profissional e receberão o programa "Cesta do Trabalhador";

IX. encaminhar as famílias atendidas aos equipamentos da SEDES, sempre que necessário, para resolução de aspectos vinculados aos demais programas, benefícios e serviços vinculados ao Cadastro Único; e

X. encaminhar denúncia de possível prestação de informações inconsistentes, omissão de informação e/ou recebimento indevido de benefícios à SEDES, quando necessário.

Art. 4º Compete à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES:

I. Acompanhar a execução da parceria e zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na legislação vigente e nos demais atos normativos aplicáveis, em sistemática de monitoramento e avaliação;

II. Disponibilizar os dados, que são concernentes ao objeto da presente Portaria Conjunta, para a SETRAB, preferencialmente via web service. Tais dados poderão ser disponibilizados em outros formatos, em comum acordo entre as partes; e

III. Convergir esforços visando à disponibilização de acesso às bases de dados cadastrais vinculadas à SETRAB.

Art. 5º Os servidores, empregados e colaboradores de qualquer das partes, em decorrência da execução das atividades inerentes à presente Portaria Conjunta, não sofrerão qualquer alteração nas suas vinculações com o órgão de origem, permanecendo, porém, sujeitas a observância dos regulamentos internos do local onde estiverem atuando.

§1º As partes se isentam reciprocamente de toda e qualquer despesa de natureza social, trabalhista, previdenciária, tributária, securitária ou de outra natureza, embora não especificada, devida em decorrência, direta ou indireta, para com o(a) contratado(a) a atender o objeto da presente Portaria Conjunta.

§2º Os servidores/empregados e colaboradores da parte contratante não possuem qualquer vínculo empregatício com o(a) contratado.

Art. 6º Esta Portaria Conjunta será operacionalizada mediante ações de interesse dos partícipes envolvidos, ficando estabelecido que não haverá envolvimento, repasse ou transferência de recursos financeiros.

Art. 7º A publicidade das ações executadas no âmbito da presente Portaria Conjunta deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, devendo ser promovida pela SETRAB e pela SEDES, separadas ou conjuntamente.

Parágrafo único. Qualquer ação de publicidade institucional ou promocional relacionada ao objeto desta Portaria Conjunta deverá, obrigatoriamente, destacar a participação da SETRAB e da SEDES, observado o disposto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, e em normas específicas do DF.

Art. 8º Qualquer uma das partes poderá reservar o direito de revogar unilateralmente a presente Portaria Conjunta, caso constatado que a finalidade do objeto esteja sendo desviada para outros fins não previstos.

Art. 9º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência de 24 meses.

THALES MENDES FERREIRA

Secretário de Estado de Trabalho do Distrito Federal

MAYARA ROCHA

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal

TRIBUNAL DE CONTAS

INFORMAÇÃO Nº 101/2022 – SEGEDAM

Processo: 00600-00004019/2022-71; Assunto: Inexigibilidade de licitação – Participação de servidor no "IX Congresso Nacional de Arquivologia (CNA)".

RATIFICO, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, a inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, no valor total de R\$ 300,00 (trezentos reais), em favor da ASSOCIACAO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CNPJ 24.866.664/0001-04, visando a participação de servidor no "IX Congresso Nacional de Arquivologia (CNA)", a realizar-se no período de 02 a 06 de maio de 2022, na cidade de Florianópolis/SC.

Brasília/DF, 25 de abril de 2022

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

SECRETARIA DAS SESSÕES

RETIFICAÇÃO

Na Decisão nº 1435/2020, proferida no Processo nº 4205/2020-e, relatado pelo Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, apreciado na Sessão Ordinária nº 5293, de 14 de abril de 2022, publicada no DODF nº 76, edição de 26 de abril de 2022, páginas 22, na parte ONDE SE LÊ: "...DECISÃO Nº 1435/2022...", LEIA-SE: "...DECISÃO Nº 1519/2022...".